

3.3. Características Institucionais

Não é intenção deste perfil realizar uma avaliação da Capacidade Institucional do município para ser um co-gestor da Orla, mas apenas tecer breve comentário a cerca do que percebeu-se durante as visitas e entrevistas e, dessa forma, contribuir para um enfoque mais amplo durante a elaboração do Plano de Intervenção do Projeto Orla.

Total de funcionários ativos da administração direta	2985
Nível Auxiliar	377
Nível Médio	1988
Nível Superior	620
Estatutários	2171
Outros	814
Aposentados	326
Pensionistas	135

Embora o município esteja dotado de quadros técnicos qualificados e possua um considerável acervo de documentos/produtos técnicos, observou-se a carência de recursos humanos permanentes (**Tabela 25**). Ao longo do tempo, estabeleceu-se a cultura de, aparentemente, suprir essa deficiência com os chamados cargos comissionados, fato que no caso específico do Cabo tem mostrado resultados positivos em função da boa qualificação do quadro não permanente. Contudo, a administração pública precisa garantir uma continuidade nas ações, independentemente das mudanças no cenário político local e para isso necessita fomentar a criação de um quadro técnico permanente qualificado.

Os possíveis cenários para a orla do Cabo dependem da continuidade, monitoramento, aperfeiçoamento e estruturação da escolha política atual e de seus instrumentos operacionais. O grande desafio é a preparação e estruturação de quadros locais, incluindo aí, a sociedade civil organizada e os movimentos populares, que dêem prosseguimento ao núcleo conceitual da gestão moderna que se deseja, ou seja, sustentável.

A **Tabela 25** mostra a composição atual dos recursos humanos do poder executivo municipal, dado significativo para a operacionalização de qualquer política institucional. Dos 2985 funcionários da administração direta, 72,73% são estatutários; e apenas 21% do total possuem curso superior.

A descontinuidade provocada pelas mudanças no cenário político é quase crônica e motivo crucial da ausência de ações de planejamento continuado e de monitoramento das políticas públicas, particularmente, em um município complexo dotado de uma orla extensa sujeita às pressões e fatos da vida real (pressões imobiliárias, ocupações desordenadas, falta de educação ambiental, etc.) que ocorrem numa velocidade muitas vezes incompatível com a velocidade das ações públicas de planejamento, fiscalização e controle.

3.3.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do município é composta por 6 Secretarias macro-funcionais e 17 Secretarias Executivas, 4 Secretarias Regionais e uma Central de Atendimento ao Cidadão. Além disso, a estrutura inclui os Conselhos Sociais como interlocutores da população e como consultores do poder executivo. A estrutura de secretarias existentes está elencada na **Tabela 26** ao lado:

Todas as Secretarias Funcionais, à exceção da Secretaria de Gestão dos Recursos Municipais, trabalham com os Conselhos Sociais através das suas **Coordenações de Articulação Política e Social**.

Tabela 26: Secretarias Municipais Cabo de Santo Agostinho	
Secretaria Funcional	Secretaria Executiva
Planejamento, Habitação e Meio Ambiente	Planejamento e Habitação Meio Ambiente e Saneamento
Desenvolvimento Social e Promoção Humana	Educação Saúde Cultura Apoio Administrativo Promoção Humana Segurança Social e Defesa Civil Promoção ao Trabalho
Desenvolvimento Econômico e Turismo	Economia Urbana e Turismo Desenvolvimento Rural
Infra-Estrutura	Obras Comunitárias Serviços Públicos
Gestão de Recursos Municipais	Finanças Administração
Articulação Política e Projetos Especiais	
Além das secretarias executivas listadas na tabela, existem a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito e a Secretaria Executiva de Imprensa e Comunicação.	

Com o objetivo de facilitar as ações de planejamento e descentralização da gestão, o município foi dividido em 9 Áreas político-administrativas (APAS's) que se agregam em 4 Regionais administrativas, conforme disposto na Lei nº 1.773/97 aprovada pela Câmara Municipal, tendo cada regional um secretário com *status* de secretário municipal. (**Tabela 27**)

Essas Secretarias Regionais descentralizam as discussões e a gestão das APA's municipais com a participação das seguintes instituições de democratização e fortalecimento da cidadania:

Conselho Consultivo - formados por representantes dos movimentos populares e da sociedade civil organizada, conformando um Fórum Consultivo onde as questões são debatidas com a população em cada APA. Esse Conselho promove o processo político para a eleição paritária dos membros representativos do Conselho Regional; e

Conselhos Regionais – formado por membros eleitos paritariamente pelos grupos existentes ao longo da Orla e das Vilas de Sto. Agostinho, com poder deliberativo e decisivo. Para consecução do Orçamento Participativo o município utiliza-se da estrutura criada por esses conselhos, como forma de evitar superposições de instrumentos de participação. (PMCSA: PEMAS – 2002)

A gestão atual do município exercita uma nova “visão do social”, o que conduz a uma ampliação da capacidade de escolha “política” que deverá influenciar os rumos da economia e da transformação cultural. Isso significa, a médio e longo prazo, maior nível de participação social no compartilhamento do poder, na redistribuição dos bens e serviços de forma mais eqüitativa e uma cultura mais democrática.

Tabela 27: Divisão Político-Administrativa	
Área Político-Administrativa	Regional Administrativa
APA-01 Sede	
APA-02 São Francisco	Regional 1
APA-03 Vila da COHAB	
APA-04 Vilas do Cabo	Regional 2
APA-05 Praias	
APA-06 Ponte dos Carvalhos	Regional 3
APA-07 Pontezinha	
APA-08 Juçaral	Regional 4
APA-09 Charneca	

3.3.2 Instrumentos Normativos e Legais para Governabilidade

Embora o município não disponha de um Plano Diretor, possui em contrapartida um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para um horizonte de 10 anos. Além disso possui Lei Orgânica Municipal, Plano de Governo, Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA) .

Possui também, instrumentos de gestão urbana, como a Lei de Perímetro Urbano, a Lei de Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas e um projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo, que embora não tenha caráter legal, vem sendo aplicada nas análises dos projetos apresentados para aprovação.

3.3.3 Finanças Municipais

Observa-se que o município tem melhorado a arrecadação nos últimos anos, tornando-se menos dependente de repasses (**Tabela 28**) e que há uma tendência dessa dependência tornar-se menor a considerar os atrativos decorrentes da proximidade do Complexo Portuário de Suape e da política municipal de incentivo ao desenvolvimento.

A arrecadação tem melhorado de forma significativa sem aumentos de alíquotas, ou seja com a redução da inadimplência. Nota-se que foram empreendidos esforços para organizar e modernizar a gestão da administração tributária no município, especificamente os sistemas de arrecadação e cobrança. Detalhes e mais dados sobre as finanças municipais encontram-se no PEMAS (PMCSA, 2002) e no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do município do Cabo de Santo Agostinho – Cabo 2010 (PMCSA, 1997).

Tabela 28: FPM e Repasse de ICMS				
FPM		Coeficiente	Transferência	
	1997	3,8	5.891.745,77	
	1998		5.903.640,44	
	1999		13.220.833,21	
	2000		14.264.341,95	
ICMS		Arrecadação	Transferência (Cota Parte)	Participação(%) do Município no Total do Estado
	1994	42.488.584,00		5.985
	1995	61.124.355,37		5.125
	1996	70.063.799,26		4.763
	1997	65.296.521,93	21.374.498,35	4.038
	1998	76.665.390,00	19.031.447,03	4.466
	1999	84.849.078,68	21.031.708,54	
	2000	73.589.673,01	24.814.878,65	

Fonte: SEFAZ/PE

Obs. Variação Nominal da Arrecadação ICMS 98/97: 17.4 %

Diferença entre Arrecadação/Cota Parte(98): 57.633.942,97